

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## Atraso de pagamentos gera insatisfação no Carf

Valor Econômico - 10/03/2016

Beatriz Olivon e Arthur Rosa | De Brasília e São Paulo

Sete meses depois da solenidade oficial de reabertura, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ainda não conseguiu voltar à normalidade e enfrenta agora a insatisfação dos representantes dos contribuintes, que estão recebendo suas gratificações com atraso. O pagamento de janeiro foi feito apenas nesta semana.

Os julgadores reclamam ainda dos descontos de Imposto de Renda (IR) e contribuição previdenciária, que teria reduzido de R\$ 11,2 mil para R\$ 8 mil as gratificações mensais. De acordo com eles, não há previsão legal para os descontos.

Desde a retomada dos julgamentos, em dezembro, os pagamentos estão sendo feitos com atraso. O referente a dezembro foi liberado somente em fevereiro. O Ministério da Fazenda alegou que os atrasos se devem aos procedimentos de cadastramento dos conselheiros. E previu que a ordem bancária para pagamento dos valores referentes a fevereiro deve ser emitida até a próxima semana.

O presidente do Carf, Carlos Alberto Barreto, espera que o pagamento da gratificação entre em um ritmo normal. "Não pode [haver atraso] e não deve se repetir", disse. De acordo com ele, a data limite para o pagamento ainda será definida por ato normativo específico do Ministério da Fazenda. O texto também deve tratar dos procedimentos operacionais para a realização de cadastro e pagamento.

O material está sendo elaborado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e será encaminhando para o gabinete do ministro. Barreto não sabe precisar quando o texto será enviado ao titular da pasta. "Vai regularizar o pagamento e apaziguar os ânimos", afirmou Barreto.

Por ora, sem data fixa para receber a gratificação e sem a possibilidade de advogar, conselheiros ameaçam greve ou mesmo abandonar o órgão. Uma conselheira, que não quis se identificar, afirmou ao Valor que já ouviu colegas ameaçarem greve. "A situação também leva alguns conselheiros a realmente cogitarem sair do cargo", disse.

Já um outro conselheiro ponderou que não deve haver uma saída em massa do órgão e que a expectativa é que os pagamentos se regularizem a partir de agora. Outra conselheira, porém, afirmou que há uma movimentação para criar uma associação, que poderia fazer os pleitos da categoria abertamente perante o Carf, para afastar qualquer vínculo pessoal.

De acordo com a conselheira, os julgadores estão mobilizados e podem levar o problema para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ainda deverá analisar recursos (embargos) contra a decisão que impediu os representantes dos contribuintes de advogar. Eles foram apresentados pelo Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa) e por uma advogada.

O tema está na pauta da próxima sessão do Conselho Pleno do Conselho Federal, marcada para os dias 11 e 12 do próximo mês. Por meio dos recursos, de acordo com o presidente do Cesa, Carlos José Santos da Silva, a decisão poderá ser revista. Para o advogado, a situação atual do Carf "é preocupante". "Os representantes dos contribuintes foram colocados como membros de segunda classe se comparados com os representantes do Fisco", afirmou.

A gratificação recebida pelos representantes dos contribuintes é menor - praticamente metade. Para tentar alterar a situação, o Conselho Federal da OAB, o Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) e o Cesa enviaram, no fim do ano passado, um ofício ao Ministério da Fazenda.

Além do atraso nos pagamentos, o conselho enfrenta um outro problema. Ainda está com vagas em aberto. Há 21 cargos - 14 de representantes de contribuintes (sete titulares) e sete da Fazenda (dois titulares). De acordo com o presidente do órgão, 13 nomes já foram escolhidos (sete dos contribuintes e seis do Fisco). Eles aguardam aprovação pelo ministro da Fazenda. Barreto afirmou ainda que amanhã deverá ser realizada uma reunião com as confederações empresariais e centrais sindicais para receberem a indicação de novos nomes.

## Exame On Line

### Após acordo, CPI do **Carf** não vota convocações polêmicas

10/03/2016

Brasília - A base governista agiu e evitou a votação na manhã desta quinta-feira, 10, dos requerimentos de convocação do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, e do ex-ministro da pasta Guido Mantega na CPI do **Carf** na Câmara.

Foram aprovados apenas uma convocação, dois convites e requerimentos de compartilhamento de informações.

Na primeira reunião deliberativa da comissão, o relator João Carlos Bacelar (PR-BA) alegou que não tinha preparado o plano de trabalho e os governistas aproveitaram para pedir que se aguarde a proposta do relator para então votar os requerimentos mais polêmicos.

Bacelar alegou que só teve acesso a informações públicas e que é preciso ter acesso aos documentos primeiro para não repetir procedimentos já adotados na CPI do **Carf** do Senado.

Ao todo, já foram apresentados até o momento 79 requerimentos na CPI, mas a pauta do dia incluía apenas 51. Foram aprovados os requerimentos de compartilhamento de informações da CPI do **Carf** do Senado, dos dados apurados pela Operação Zelotes, do relatório final da Polícia Federal no âmbito das investigações e de sigilos quebrados, além da convocação do atual presidente do **Carf**, Carlos Alberto Barreto, e convites para ouvir o procurador da República Frederico de Carvalho Paiva e o delegado Marlon Cajado, os dois responsáveis pela Zelotes.

Por acordo, não foram votados hoje as convocações do empresário André Gerdau, de ex-conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), do atual secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, dos ex-secretários do órgão Lina Maria Vieira e Otacílio Cartaxo, e da ex-ministra da Casa Civil, Erenice Guerra.

Apesar de haver protocolo para convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu filho Luís Cláudio Lula da Silva, os pedidos não integraram a pauta desta quinta-feira

## CPI do **Carf** convoca presidente do órgão

10/03/2016

BRASÍLIA - A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados para apurar irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) aprovou nesta quinta-feira a convocação do atual presidente do órgão, Carlos Alberto Barreto.

Também foram aprovados convites para ouvir o delegado e o procurador que iniciaram as investigações, e o compartilhamento de todos os inquéritos e informações do Ministério Público e da Polícia Federal no âmbito da operação Zelotes, que motivou a instalação da comissão. A Zelotes investiga denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do **Carf** criaram esquema de manipulação de julgamentos, para redução de multas de sonegadores de impostos.

O presidente da CPI, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), retirou de ofício requerimento do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) que pedia a convocação de Cristina Marcondes Machado, mulher de Mauro Marcondes Machado, lobista investigado pela suposta compra de medidas provisórias no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um dos desdobramentos da Zelotes.

Segundo Fernandes, o requerimento de criação da CPI pedia a investigação apenas de irregularidades no **Carf** e, por enquanto, não foi comprovada relação entre os dois casos. "Tenho hoje requerimento com fato determinado, que preciso seguir. Se o relator mostrar que há relação, reincluo o requerimento de convocação na pauta", disse.

Já o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que os dois casos não tem nenhuma relação. Qualquer requerimento que fuja do objeto colide com as prerrogativas que a CPI conquistou na Constituição Federal e será questionado, disse.

O relator da CPI, João Carlos Bacelar (PR-BA), deveria apresentar seu plano de trabalho nesta quinta-feira, com a relação de pessoas a serem ouvidas primeiro, mas afirmou que ainda não teve tempo de ler o material da CPI do **Carf** no Senado Federal e inquéritos, com mais de 6 mil páginas, e só poderá apresentar o cronograma na terça-feira.

G1

## CPI da Câmara que apura fraude no **Carf** convoca presidente do órgão

10/03/2016

**Carf** é investigado pela venda de sentenças a empresas multadas pela Receita. Depoimento de Carlos Alberto Freitas Barreto ainda será marcado.

Em sua primeira sessão deliberativa, a CPI do Carf na Câmara aprovou nesta quinta-feira (10) a convocação do presidente do Carf e ex-secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Freitas Barreto, para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do órgão, que é responsável por julgar recursos contra multas da Receita Federal. Por se tratar de uma convocação, ele será obrigado a comparecer na comissão, mas ainda não tem data definida.

Também foram aprovados requerimentos para convidar o procurador da República Frederico de Carvalho Paiva e o delegado da Polícia Federal Marlon Cajado, que estão à frente das investigações na Operação Zelotes.

Desde março de 2015, a Zelotes apura a venda de sentenças mediante o pagamento de propina a conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) -mesmo objeto de atuação da CPI.

Foram aprovados requerimentos para solicitar o compartilhamento de todos os documentos da CPI do Carf que funcionou no Senado e acabou em dezembro. Os deputados vão ainda requisitar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal o acesso aos inquéritos e provas da Zelotes.

Dos 79 requerimentos já protocolados pelos parlamentares, 51 constavam da pauta, mas, por acordo, os deputados decidiram se limitar à aprovação de apenas esses (nove no total, alguns com o mesmo teor) para que pudessem tomar pé da situação.

A previsão era que o relator da comissão, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), apresentasse um roteiro de trabalho na sessão desta quinta. No entanto, ele explicou que preferia adiar para a semana que vem para que tivesse tempo de analisar o teor da ação penal da Zelotes, que está na Justiça e é pública. Segundo ele, são mais de 6.000 páginas e ele queria se inteirar melhor do seu conteúdo.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima terça-feira (15), quando o relator deverá, então, mostrar a sua proposta de condução dos trabalhos.

Agência Câmara

## **CPI do Carf convoca presidente do conselho e convida responsáveis pela Zelotes**

10/03/2016

### ***Foram aprovados outros oito requerimentos para ouvir pessoas ligadas à investigação de denúncias de fraudes no órgão***

A Comissão Parlamentar de Inquérito ( CPI ) que investiga denúncias de fraude na atuação do Conselho Administrativo de Recursos Federais (Carf) aprovou hoje, por acordo entre os deputados, nove requerimentos.

Serão convidados para depor o delegado da Polícia Federal Marlon Cajado, responsável pela Operação Zelotes, que investiga a manipulação de julgamentos do Carf; e o procurador da República na operação, Frederico Paiva. Já o atual presidente do conselho, Carlos Alberto Freitas Barreto, foi convocado pelos deputados. Apenas a convocação obriga a vinda à CPI.

Os requerimentos são de autoria dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP). A votação por acordo foi proposta pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que sugeriu que o trabalho da CPI iniciasse com a oitiva das pessoas relacionadas diretamente com as investigações.

O **Carf** é uma instância administrativa, ligada ao Ministério da Fazenda, para resolução de conflitos entre contribuintes e o governo sobre cobrança de impostos (é o chamado contencioso administrativo). A composição do **Carf** é paritária, com representantes do governo e dos contribuintes, designados pelo ministro da Fazenda.

No ano passado, a Polícia Federal deflagrou uma operação para investigar denúncias de que conselheiros teriam recebido dinheiro para favorecer empresas em decisões contra o governo. A investigação recebeu o nome de Operação Zelotes.

Dados

A CPI também aprovou requerimentos solicitando o compartilhamento das informações apuradas pela CPI do **Carf** que funcionou no Senado no ano passado; pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal. Os requerimentos são de autoria dos deputados Carlos Sampaio e José Carlos Aleluia (DEM-BA).

A CPI do Senado foi concluída em dezembro com o pedido de indiciamento de 28 pessoas físicas e jurídicas.

Roteiro

O presidente da comissão, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), marcou reunião para a próxima terça (15), quando o relator, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), deverá apresentar o roteiro de trabalho, com as prioridades de investigação. A princípio, o roteiro deveria ter sido apresentado na reunião de hoje, mas Bacelar pediu um prazo para analisar o processo sobre o **Carf** que corre na justiça federal, que soma seis mil páginas, e os documentos da CPI do Senado.

O relator disse que o objetivo é evitar o retrabalho, para não repetir provas e procedimentos. A sugestão do deputado foi apoiada por outros parlamentares. "Não estamos partindo do zero. Isso é fundamental para que a gente não reinvente a roda. Precisamos partir desse ponto para contribuir para o avanço", disse Marcus Pestana (PSDB-MG)

## **CPI do **Carf** aprovou nove requerimentos hoje**

10/03/2016

### ***Serão ouvidas pessoas ligadas à investigação de denúncias de fraudes no órgão***

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga denúncias de fraude na atuação do Conselho Administrativo de Recursos Federais (**Carf**) aprovou há pouco, por acordo entre os deputados, nove requerimentos.

Serão convidados para depor o delegado da Polícia Federal Marlon Cajado, responsável pela Operação Zelotes, que investiga a manipulação de julgamentos do Carf; e o procurador da República na operação, Frederico Paiva. Já o atual presidente do conselho, Carlos Alberto Freitas Barreto, foi convocado pelos deputados. Apenas a convocação obriga a vinda à CPI.

Os requerimentos são de autoria dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Carlos Sampaio (PSDB-SP). A votação por acordo foi proposta pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que sugeriu que o trabalho da CPI iniciasse com a oitiva das pessoas relacionadas diretamente com as investigações no conselho.

Dados

Também foram aprovados requerimentos solicitando o compartilhamento de informações apuradas pela CPI do Carf que funcionou no Senado no ano passado; pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal. Os requerimentos são de autoria dos deputados Carlos Sampaio e José Carlos Aleluia (DEM-BA).

O presidente da comissão, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), marcou reunião para a próxima terça, quando o relator, João Carlos Bacelar (PR-BA), deverá apresentar o roteiro de trabalho.

A reunião foi encerrada há pouco.

### **Relator da CPI do Carf vai apresentar roteiro de trabalho na próxima semana**

10/03/2016

### ***Comissão investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda***

O relator da CPI do Carf, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), vai apresentar na próxima terça-feira o roteiro de trabalho do colegiado. A princípio, o roteiro deveria ter sido apresentado na reunião que começou há pouco, mas ele pediu um prazo para analisar o processo sobre o Carf que corre na justiça federal, que soma 6 mil páginas, e os documentos da CPI que funcionou no ano passado no Senado que também investigou a atuação do órgão administrativo.

Bacelar disse que o objetivo é evitar o retrabalho, para não repetir provas e procedimentos.

A proposta foi aceita pelos integrantes da comissão. Hoje, a CPI deve analisar apenas requerimentos de consenso entre os partidos.

A CPI está reunida no plenário 12.

Agência Brasil

### **CPI: delegado, promotor e presidente do Carf darão primeiros depoimentos**

10/03/2016

Com 79 requerimentos de convocação, convites e pedidos de acesso a informações sobre a mesa, deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiram usar a primeira reunião de trabalho apenas para definir regras de procedimento, como o tempo reservado para os depoentes, e apreciar os documentos menos polêmicos.

Por acordo, os parlamentares aprovaram um bloco de mais de dez requerimentos, que incluem o convite aos responsáveis pela Operação Zelotes: o delegado Marlon Oliveira dos Santos Cajado e o procurador da República Frederico Paiva, além da convocação do presidente do Carf e ex-secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Freitas Barreto.

"Ouví-los será um sinal para fazer a CPI funcionar sem qualquer tipo de blindagem", disse Rubens Bueno (PPS-PR), autor da maior parte dos pedidos. A lista aprovada ainda inclui o pedido de compartilhamento de informações à CPI do Carf, conduzida pelo Senado, e à Polícia Federal, incluindo todos os inquéritos policiais instaurados no âmbito da Operação Zelotes e eventuais desdobramentos, como sigilos quebrados.

Ficaram de fora da lista de requerimentos aprovados hoje, convocações polêmicas, como a do atual ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, do ex-ministro da pasta Guido Mantega e de Jorge Rachid, secretário da Receita Federal. Na pauta que estava prevista para hoje, o presidente do colegiado, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), retirou os requerimentos de convocação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu filho Luis Cláudio Lula da Silva, o Lulinha, apresentados pelos deputados José Aleluia (DEM-BA) e pelo líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), e o requerimento de quebra de sigilo de informações sobre o filho de Lula.

"Ontem fizemos a análise de mais de 51 requerimentos e, de início, tiramos três deles porque não se trata de assunto específico da CPI. Pode, no futuro, voltar se houver aditamento", explicou.

Logo no início da reunião, o relator da comissão, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), que propôs a criação da CPI, disse que estava com o processo da Zelotes em mãos. Ele pediu prazo maior para analisar os dados da investigação conduzida pela Justiça Federal do Distrito Federal, abrindo brecha para que os outros parlamentares também pedissem mais tempo para apresentar novos requerimentos e priorizar os outros depoimentos que serão tomados.

Bacelar se comprometeu a debruçar sobre as mais de 6 mil páginas do processo durante o fim de semana e agendou para a próxima terça-feira (15), às 11h, uma nova sessão. A CPI foi criada no dia 4 de fevereiro para investigar denúncias de fraudes no conselho, ligado ao Ministério da Fazenda. Em 120 dias de trabalho, os parlamentares vão apurar supostos pagamentos de propina para manipular resultados dos julgamentos referentes a casos de sonegação fiscal.

A Zelotes foi deflagrada em março do ano passado pela Polícia Federal, investiga 24 pessoas e pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção.

Folha On Line

## **CPI do Carf evita polêmicas e começa em marcha lenta**

10/03/2016

Em sua primeira sessão deliberativa, nesta quinta-feira (10), a CPI do Carf não aprovou o plano de trabalho, evitou polêmicas e se dedicou principalmente a solicitações de documentos já produzidos pelas investigações da Operação Zelotes.

A única convocação votada e aprovada foi a do atual presidente do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), Carlos Alberto Freitas Barreto. Também aprovaram convites a dois investigadores que comandam a Zelotes, o procurador Frederico Paiva e o delegado Marlon Cajado.

O relator da CPI, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), pediu mais tempo para apresentar o plano de trabalho apenas na semana que vem, sob o argumento de que quer ler antes mais de 6.000 páginas da documentação da ação penal que há na Justiça referente ao caso.

Com isso, deputados da base governista e da oposição acordaram a aprovação só de requerimentos de consenso.

Portanto, serão requisitadas as documentações do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da CPI do Carf no Senado, realizada no ano passado.

Só na semana que vem é que os deputados devem debater se os pagamentos de um dos lobistas investigados na Zelotes, Mauro Marcondes, a uma empresa do filho do ex-presidente Lula, Luís Cláudio Lula da Silva, entrarão nas investigações da CPI.

Isso porque seu escopo inicial prevê apenas a investigação do esquema de venda de sentenças no Carf, espécie de órgão recursal do Ministério da Fazenda para autuações da Receita Federal.

Só que, durante a Zelotes, os investigadores se depararam com os pagamentos a Luís Cláudio e passaram a investigá-lo também, sob suspeita de relação com a compra de medidas provisórias benéficas ao setor automotivo.

O presidente da CPI, deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), inclusive chegou a retirar da pauta requerimentos que citavam a compra de medidas provisórias, sob o argumento de que não está definida se a questão entrará na comissão.

A CPI foi instalada na terça-feira (8), com a escolha do presidente, vice-presidentes e do relator



10/03/2016

***Preso desde o fim do ano passado, Mauro Marcondes Machado defendeu a regulamentação do lobby durante interrogatório em uma ação penal decorrente da operação***

Acusado pelo Ministério Público Federal de participar da compra de medidas provisórias (MP) que beneficiaram o setor automotivo, o lobista Mauro Marcondes Machado disse nesta quarta-feira (9) ao juiz federal Vallisney de Souza, da 10ª Vara Federal, em Brasília, "ser impossível" comprar a aprovação de medidas provisórias (MPs).

Preso desde o fim do ano passado, o lobista defendeu a regulamentação do lobby (atividade de pressão de um grupo organizado sobre políticos e poderes públicos para exercer qualquer influência ao seu alcance, mas sem buscar o controle formal do governo) durante interrogatório em uma ação penal decorrente da Operação Zelotes, que investiga a manipulação de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda, além da compra de medidas provisórias.

"Quem faz lobby não precisa corromper. Que faz corrupção não precisa fazer lobby", disse Marcondes. "Tenho 56 anos de atividade profissional e nunca precisei corromper ninguém". Segundo ele, as MPs 471, 512 e 627, de estímulo ao setor automotivo, ajudaram o país. "[Se não fossem as MPs] hoje nós estaríamos invadidos de carros chineses, importados".

O advogado de Marcondes, Roberto Podval, disse ao fim do interrogatório que outras testemunhas ouvidas no processo também descartaram a possibilidade de "venda de MPs". "[As MPs] eram uma política de governo, tinha interesse nacional nas medidas provisórias. Acho absolutamente natural que aquela medida fosse aprovada. Não há espaço para compra de medida provisória", argumentou.

O interrogatório foi marcado por diversos desentendimentos entre a defesa do lobista e o promotor da República Frederico Paiva, responsável pela Zelotes. Por isso, a defesa de Marcondes o orientou a não responder aos questionamentos feitos pelo promotor.

Um dos momentos de discussão entre a defesa e o representante do MP foi provocado por uma pergunta sobre pagamentos feitos pelo lobista a empresas de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo os investigadores da Zelotes, Marcondes repassou cerca de R\$ 1,5 milhão à LFT Marketing Esportivo, que é administrada por Luís Claudio.

"Isso não é objeto da denúncia. Só ia politizar um processo que a gente não ganha nada com a politização dele. Na denúncia não consta, não está sendo investigado aqui, mas em outra investigação. No momento oportuno, a gente vai explicar. A politização do processo só me atrapalha, não me ajuda", justificou Podval

## Réus na Zelotes se recusam a responder perguntas do MPF

10/03/2016

Dos três réus da Operação Zelotes que irão depor hoje (10), dois se recusaram a responder às perguntas que seriam feitas pelo Ministério Público Federal e pelo juiz Vallisney de Souza Oliveira, titular da 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal. O único a prestar depoimento, mas apenas ao juiz, foi o ex-presidente da Mitsubishi do Brasil Paulo Arantes Ferraz.

Acusado de corrupção ativa, Paulo Arantes Ferraz confirmou a contratação da Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa (M&M), empresa acusada de negociar e repassar propinas em troca da aprovação de medidas provisórias que beneficiaram empresas do setor automobilístico.

No depoimento, o ex-presidente da Mitsubishi disse que o contrato com a M&M teve custo de R\$ 16 milhões, mas o que ela [M&M] fez, depois, cabe a ela explicar .

Já o advogado de defesa dos demais réus, o consultor Francisco Mirto Florêncio da Silva e do ex-diretor de Comunicação do Senado Fernando César Mesquita, Luis Alexandre Rassi diz que a recusa de seus clientes em responder às perguntas, tanto da procuradoria como do juiz, se deve às brigas ocorridas em outras audiências.

Em sessões anteriores, os advogados de defesa reclamaram da forma como o procurador Frederico de Carvalho Paiva se dirigia às testemunhas e aos réus. Na sessão de hoje, ele foi substituído pelo procurador Herbert Reis Mesquita.

"Como os depoimentos não trariam fatos novos, e a fim de evitar mais tumultos, optamos por essa estratégia. A acusação não merece resposta porque suas argumentações são absurdas. Se houver alguma prova a ser rebatida, eles [Mirto e Mesquita] até poderiam falar, mas não há provas nos autos", disse Rassi. Segundo o procurador Herbert Reis, a estratégia da defesa, de não responder ao Ministério Público, já era esperada. É um direito deles , disse à Agência Brasil .

Acusado de corrupção passiva, o ex-diretor de Comunicação do Senado teria recebido R\$ 78 mil, como pagamento por monitorar a tramitação da MP 471 no Congresso Nacional, medida provisória que rendeu benefícios fiscais à MMC e à Ccoa entre 2010 e 2015. Já Francisco Mirto é acusado pelos crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção ativa.

A Operação Zelotes, da Polícia Federal, investiga um suposto esquema de venda de sentenças do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para beneficiar empresas que foram multadas pela Receita Federal e a negociação de medidas provisórias a favor de empresas do setor automobilístico. O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda onde contribuintes recorrem contra multas.